

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE VITÓRIA E BARRA DO RIACHO – CAP

Às nove horas, do dia 21 de julho do ano de dois mil e vinte e três, foi realizada, por videoconferência, a 101ª Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Vitória e Barra do Riacho - CAP, conforme disposto no novo Marco Regulatório e na Lei nº 12.815/2013. A reunião foi presidida pelo Conselheiro Carlos Magno Lopes da Silva Filho, representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA/MPOR, nomeado por intermédio da Portaria nº 1.132, de 28 de setembro de 2021, e contou com a presença virtual e participação efetiva dos Conselheiros signatários da presente Ata. Registra-se a presença também virtual dos Convidados Permanentes Daniela Ribeiro Caldellas Quadros, Representante da ANTAQ, Pedro Paulo Zucarato, Representante do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES e Watson Barros Valamiel. O Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Vitória e Barra do Riacho cita ainda o Conselheiro Emérito *in memoriam* Pedro Paulo Fatorelli Carneiro pela relevante contribuição nos trabalhos do Colegiado. O Presidente do CAP, após dar boas-vindas aos presentes, solicitou à Secretaria a devida verificação do quórum e a confirmação de que todos tiveram acesso aos documentos que compõem a pauta da reunião, passando à apreciação dos itens de pauta, conforme se segue: **1- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP, OCORRIDA EM 23 DE JUNHO DE 2023** - A Ata da 100ª reunião foi aprovada pelos Conselheiros presentes àquela reunião e, considerando a necessidade de publicação tempestiva das atas do Colegiado, no site da Companhia, em cumprimento ao disposto na Lei de Acesso à Informação e princípios norteadores do Direito Público, o CAP autorizou a publicação da mesma apenas com a assinatura da Coordenação de Governança, conforme autorizado outrora, com registro constante na Ata da 69ª Reunião Ordinária do Conselho. Tal medida adveio da necessidade de afastamento social impingida pela pandemia do Coronavírus, amplamente divulgada na mídia mundial, o que levou este e outros Colegiados a se reunirem por videoconferência, o que dificultou sobremaneira a coleta das assinaturas mecânicas. Contudo, registra-se, em mais esta oportunidade, que as

atas, uma vez divulgadas, não sofrerão quaisquer alterações em seu texto e serão substituídas assim que assinadas por todos os presentes às respectivas reuniões. Registra-se ainda que, conforme deliberado em sua 88ª reunião de 29 de abril de 2022, enquanto perdurar a necessidade das reuniões do CAP por videoconferência, após a aprovação das atas, as assinaturas serão coletadas por meio eletrônico. **2 - POSSE DE CONSELHEIROS** – Não houve posse de novos Conselheiros, permanecendo a previsão do respectivo item de pauta. **3 - CONTROLE DE MANDATOS DO CAP** – A Secretaria apresentou o Controle de Mandatos do CAP atualizado nesta data, como de praxe, com atenção aos mandatos expirados e prestes a expirar, bem como procede o seu devido acompanhamento. **4 - ATUALIZAÇÕES SOBRE O CRONOGRAMA DAS OBRAS PREVISTAS NO CONTRATO DE CONCESSÃO** – O Gerente de Projetos e TI da Vports e Conselheiro do CAP Anderson Polido apresentou o estágio atual das obras previstas no Contrato de Concessão, iniciando pela Recuperação Estrutural dos Berços 206 e 905, com a engenharia contratada, projeto iniciado com previsão de entrega de projeto em outubro, contratação das obras em novembro e início em dezembro deste ano. A revitalização dos ramais ferroviários está com atraso, em fase inicial de contratação da engenharia em agosto ou setembro, após o quê as obras devem ter início em janeiro de 2024. As obras de Substituição dos Cabeços e pavimentação dos Berços 201 e 202 estão contratadas, com previsão de conclusão em outubro. O sistema de combate a incêndio no berço 207 está contratado, com obras iniciadas e previsão de conclusão até fevereiro de 2024 e com nenhum ou mínimo impacto operacional possível para o porto. A recuperação dos armazéns 1 a 5 de Vitória com obras contratadas, iniciando nessa semana e sem impacto operacional. A recuperação dos armazéns graneleiros de Capuaba serão contemplados em projeto de engenharia juntamente com a revitalização dos ramais ferroviários adjacentes, com empresa de engenharia contratada e início das obras em 2024. Quanto ao projeto de acesso a Capuaba, a Vports definirá no próximo mês se fará o estudo ou seguirá com o estudo proposto pelo DNIT junto à ANTAQ. Apresentou, por fim, fotos dos avanços das obras nos berços 201, 905 e 206. O Conselheiro Wagner Cantarela destacou a operação de combustíveis no berço 905 diante das obras, tendo o representante de Vports informado que a operação será transferida em grande parte

para o berço 207, conforme tratativas com a operadora OilTanking. O Conselheiro Roberto Garofalo questionou se, em uma eventual realocação das instalações do OGMO, seria aplicada uma cláusula contratual que prevê o prazo de 90 dias para a mudança, citando a exiguidade do prazo para a alteração do sistema de informática do órgão, como exemplo. O representante da Vports informou que não existe nenhuma intenção de retirar ou realocar o OGMO por parte da Vports, e que a reforma na estrutura onde o OGMO se encontra instalado é apenas externa, não sendo necessária uma realocação. Os conselheiros agradeceram a apresentação levada a efeito pelo Conselheiro e representante da Vports Anderson Polido. Por fim, o Convidado Watson Valamiel observou a necessidade de que a Vports avalie e acompanhe o estado da ponte sobre o Rio Aribiri pela sua importância como acesso ao porto de Capuaba, envidando esforços junto ao DNIT que, segundo informado em participação anterior de seu superintendente, procederá uma reforma estrutural da ponte, bem como acompanha as suas condições de utilização, reiterando necessidade de manter convite ao superintendente do DNIT para atualização do assunto em reunião do CAP, bem como em relação ao projeto de acesso rodoviário a Capuaba. **5 - ATUALIZAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DO PDZ** – O Especialista de Planejamento e Inteligência de Mercado da Vports Adriano Hantequeste iniciou relatando que a elaboração do PDZ – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Vitória e Barra do Riacho, obrigação prevista no Contrato de Concessão, se encontra dentro do cronograma apresentado ao Colegiado. Informou que, após considerações, a apresentação do PDZ ao Conselho ficou definida para o dia 24 de agosto próximo, presencialmente, na reunião ordinária do CAP, com o fito de promover uma maior aproximação entre a Autoridade Portuária, Conselho e demais representantes da Comunidade Portuária. Relatou também que o documento tem sido elaborado com o embasamento de diversas reuniões, debates e entrevistas com os representantes que atuam no cenário portuário, contando com a assessoria da empresa Garin Infraestrutura. O representante da Vports apresentou a forma como estará estruturado o PDZ, com tópicos voltados para o planejamento do setor portuário, as entrevistas com usuários, poder público e trabalhadores, detalhando as demandas, angústias e anseios dos atores envolvidos, abrangendo todos os *stakeholders* afetos à atividade

Ata da 101ª Reunião Ordinária do CAP

do porto. Outros itens importantes do documento serão a projeção de demanda de cargas e os principais resultados apontados pelo PDZ. O novo PDZ estará em linha com as diretrizes estabelecidas nas regulamentações recentes no que tange ao planejamento do setor portuário. Destacou também a interação entre o PDZ, o Plano Setorial Portuário e o Plano Mestre, que apresentam questões comuns entre si. Pontuou que os planos devem também se conectar com os planos diretores locais e planos municipais de mobilidade, que afetam o PDZ, de maneira que foram identificados os pontos de convergência, conflitos entre os documentos e oportunidade de melhorias. Prosseguindo, apresentou uma linha do tempo destacando os principais *players* consultados nas rodadas de entrevistas desde o início da elaboração do PDZ, seu acompanhamento pelo CAP através das apresentações levadas a efeito pela consultoria contratada nas reuniões ordinárias do colegiado, culminando com a disponibilização da minuta ao Colegiado em 04 de agosto próximo e a submissão final da documentação completa do PDZ, juntamente com as manifestações do Conselho ao Ministério dos Portos e Aeroportos, até 20 de setembro, em atendimento ao estabelecido no Contrato de Concessão. O Especialista da Vports pontuou ainda que, a partir de 04 de agosto próximo, o canal destinado a receber manifestações e contribuições estará aberto no site da Vports não apenas ao Conselho de Autoridade Portuária, mas também ao público em geral, que terá acesso ao documento, podendo preencher formulário eletrônico específico para o encaminhamento das contribuições da comunidade portuária. Ficou definido que as contribuições do CAP ao PDZ serão coletadas em formulário específico para os Conselheiros, para facilitar a sistematização das manifestações. Na sequência, destacou as principais demandas observadas na elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, como a retomada da operação ferroviária, otimização do controle de acesso ao porto e captura definitiva do calado de operação otimizado. Na área operacional destacou também a necessidade de ações com o fito de reconquistar cargas capturadas por outros portos, o arrendamento de áreas ociosas e a integração entre o porto e a cidade, dentre outros. Pontuou também os avanços na operação da portaria avançada e extensão da área alfandegada. Destacou ainda outras ações da Vports como a avaliação de soluções para evitar desatracação de navios no Berço 905, em função da operação

concomitante de navios *offshore* de grande porte e a assunção do acesso aquaviário de Barra do Riacho pela concessionária, que passou a cobrar a Tabela I, assumindo também a dragagem do canal de acesso. O Conselheiro Robson Luiz destacou o acesso rodoviário ao porto em Vitória, que apresenta gargalos eventuais de trânsito, pelo que o Especialista da Vports informou não ter sido um dos pontos de destaque nas reuniões com os *players*, mas nada impede que a questão seja também analisada, bem como informou que a Prefeitura de Vitória está em fase de revisão do plano de mobilidade urbana, do qual a Vports pretende participar ativamente. O Especialista da Vports pontuou também a forte atuação da Companhia na área comercial e de planejamento na captação de novos negócios, citando a busca pelo arrendamento de áreas ociosas e fidelização de cargas. Apresentou modelo com o zoneamento proposto preliminarmente, com destaque para a vocação multipropósito do Porto de Vitória, que deverá se manter a médio e longo prazos, bem como a integração porto cidade com o projeto de revitalização do centro de Vitória. O Conselheiro Wagner Cantarela destacou a relevância de se estabelecer uma integração do porto com a cidade, em uma relação de dependência mútua. A cidade precisa da arrecadação gerada pelo porto que, por sua vez, precisa do apoio da municipalidade na discussão de matérias como a disponibilização de áreas operacionais fora do porto organizado para utilização como retroárea, essencial para o escoamento de cargas. Pontuou ainda no mesmo diapasão a importância de que a Vports promova ações junto à Prefeitura de Vila Velha com o objetivo de criar mecanismos para a disponibilização de áreas de interesse portuário, atividade esta que responde por mais de 70% da arrecadação daquele município, concluindo com a observação de que seria salutar que a Prefeitura de Vila Velha estivesse sempre representada nas reuniões do colegiado. O representante da Vports apresentou gráfico com as vias de circulação internas e do entorno do Porto de Vitória, destacando diretrizes em busca de maior eficiência operacional como a automatização das portarias e o sistema de agendamento de acesso, em busca de melhor aproveitamento das áreas operacionais e maior fluidez de fluxos internos. Apresentou também o mapa do zoneamento preliminar de Barra do Riacho, o que trouxe à baila a preocupação com a instalação futura de uma Zona de Processamento de Exportações - ZPE gerida por grupo concorrente, bem como a

reforma tributária, tendo o Conselheiro Josué King observado a importância dos atuais incentivos fiscais do Governo do Estado para a atração de cargas que deixarão de existir em 2032, destacando a preocupação conjunta dos interessados como Autoridade Portuária, arrendatários, operadores e associações quanto à questão que pode afetar diretamente as projeções de demanda de movimentação. O Conselheiro observou que faz parte de um grupo de trabalho multisetorial com o objetivo de apresentar proposta ao Governo do Estado para mitigar a eventual perda dos incentivos fiscais, o que será levado a conhecimento de toda a comunidade portuária a tempo e modo. Os conselheiros e o Presidente do CAP agradeceram a apresentação levada a efeito, elogiando a forma e o nível de detalhamento, parabenizando a consultoria contratada e os representantes da Autoridade Portuária Vports. **6 - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS REFERENTE AO**

MÊS DE JUNHO/2023 – Em relação à movimentação de cargas do mês de junho, o Especialista de Planejamento e Inteligência de Mercado da Vports Adriano Hantequeste relatou a redução e fuga de cargas e alguns setores, discreta recuperação na movimentação de contêineres em função da mudança do mix de cargas no TVV. Pontuou redução na movimentação de mármore e aumento na exportação de café e importação de automóveis em contêiner. Citou a queda na movimentação de fertilizantes no mês e no acumulado, bem como perdas na movimentação de carvão e ferro gusa para os portos de Açú e Rio de Janeiro. O Conselheiro Wagner Cantarela destacou que a perda das cargas citadas tem relação com o recente período de restrição de calado do porto, e que o retorno de cargas que buscaram uma nova solução logística é lento e requer um trabalho constante. O Especialista da Vports destacou o aumento da movimentação de cargas como escória, concentrado de cobre e calcário. Prosseguiu pontuando o impacto da movimentação reduzida, ausente no mês, de grãos líquidos no TABR em Barra do Riacho. Destacou o aumento da movimentação de carga geral com produtos siderúrgicos e granitos, e automóveis com boa performance. Pontuou ainda o aumento e a importância da movimentação *offshore* com a permanência da empresa Technip, que foi muito positiva nesse quesito. Apresentou, por fim, um resumo com a variação na movimentação de carga por terminal e tipo de carga, tendo o conselheiro Wagner Cantarela sugerido que a segmentação fosse não apenas por

Ata da 101ª Reunião Ordinária do CAP

tipo de carga e terminal, mas também por operador de carga, sugestão anotada pelo representante da Vports. A Conselheira Adriana Hersbach se manifestou sobre a perda de movimentação de ferro gusa, pontuando motivos como a falta de estrutura ferroviária adequada e o aumento da tabela II para o armador, o que, não obstante a redução que toca o exportador, faz com que o frete seja onerado ou a carga seja operada preferencialmente em outros portos, gerando perda de competitividade, na sua avaliação. Os conselheiros elogiaram e agradeceram a apresentação levada a efeito. **7 - ASSUNTOS DIVERSOS** – Não houve encaminhamentos para este item de pauta. Por fim, o Presidente do CAP convidou aos Conselheiros e Convidados para que se sintam sempre à vontade em sugerir pautas a serem debatidas nas reuniões, destacando o importante papel do Colegiado enquanto fórum de debate no qual a Comunidade Portuária está representada pela participação do Poder Público, Classe Empresarial e Trabalhadores. Agradeceu a presença e participação de todos e, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, seguirá devidamente assinada pelos Conselheiros presentes e pela Coordenadoria de Governança. Registra-se que a presente ata é original e será lavrada em livro próprio.

CARLOS MAGNO LOPES DA SILVA FILHO

Presidente do CAP

*Representante da Secretaria Nacional
de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e
Aeroportos*

TED RENAN SANCIO

Membro Titular

*Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento (MAPA - VIGIAGRO)*

LUIZ CLÁUDIO PEIXOTO LOBO

Membro Titular

*Representante da Secretaria da Receita Federal
(SRFB)*

ANDERSON DIAS DE BARROS POLIDO

Membro Titular

Administração do Porto de Vitória (Vports)

CHRISTINE ROCHA MOREIRA

Membro Titular

*Representante dos Titulares de Arrendamentos de Instalações
Portuárias do Porto Organizado
Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)*

ROBERTO GAROFALO

Membro Titular

*Representante dos Operadores Portuários
Sindicato dos Operadores Portuários (SINDIOPES)*

WAGNER CANTARELA SOUZA

Membro Suplente

*Representante dos Operadores Portuários
Sindicato dos Operadores Portuários (SINDIOPES)*

ADRIANA MORAES DA SILVA HERBACH

Membro Titular

*Representante dos Usuários dos Serviços Portuários -
Associação Comercial de Vitória (ACV)*

ROBSON LUIZ DE SOUZA

Membro Titular

*Representante dos demais Trabalhadores Portuários
Federação Nacional dos Portuários (FNP)*

JOSUÉ KING FERREIRA

Membro Suplente

*Representante dos Trabalhadores Portuários
Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga
e Descarga Vigias Portuários Trabalhados de Bloco
Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades
Portuárias (FENCCOVIB)*

ROBSON MARKES FERREIRA

Coordenadoria de Governança

OBSERVAÇÃO: Em sua 102ª Reunião Ordinária, datada de 24 de agosto de 2023, o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Vitória e Barra do Riacho determinou a publicação desta Ata (101ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de julho de 2023), com a aposição da assinatura apenas da Coordenadoria de Governança, no site da Companhia, até que se normalize a atual situação do enfrentamento mundial à pandemia do coronavírus, amplamente divulgada na mídia. Registra-se a determinação do CAP de que tão logo seja a presente ata devidamente assinada por todos os Conselheiros presentes àquela reunião, a mesma deverá, imediatamente, ser publicada em substituição à esta, que não sofrerá quaisquer modificações, visto ter sido aprovada e finalizada. A falta de assinatura de todos os Conselheiros se deu em detrimento à necessidade de afastamento social imposta pelo Governo Federal, o que levou o Colegiado a se reunir por intermédio de videoconferência.

ROBSON MARKES FERREIRA

Coordenadoria de Governança